

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM/MS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

RENATA APARECIDA TALINI NINIVE

**A PRESENÇA FEMININA DENTRO DO CENÁRIO
EDUCACIONAL BRASILEIRO: A EVOLUÇÃO DO
*IMBECILITUS SEXUS***

**JARDIM/MS
2019**

RENATA APARECIDA TALINI NINIVE

**A PRESENÇA FEMININA DENTRO DO CENÁRIO
EDUCACIONAL BRASILEIRO: A EVOLUÇÃO DO
*IMBECILITUS SEXUS***

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia sob a orientação da Prof.^a Me. Gezeli Eberhard.

**JARDIM/MS
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação UEMS-Jardim.

NINIVE, R. A. T.

A Presença Feminina dentro do Cenário Educacional Brasileiro: A Evolução do Imbecilitus Sexus.

46 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Prof^a Me. Gezeli Eberhard

1. Mulher 2. Educação 3. Gênero


TERMO DE APROVAÇÃO

Renata Aparecida Talini Ninive

A presença feminina dentro do cenário educacional brasileiro: A evolução do *Imbecilitus Sexus*


Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (a): Profª. Ma. Gezeli Eberhard




UEMS – Jardim

Examinador 1: Profª. Ma. Cláudia de Cillo Mazucato Neri



UEMS - Jardim

Examinador 2: Profª. Me. Elvis dos Santos Mattos



UEMS - Jardim

Jardim, 27 de Novembro de 2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve ao meu lado me apoiando independentemente das minhas escolhas. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo a minha família, em especial aos meus pais, que nunca nos deixaram faltar nada.

As minhas irmãs Brennda Izabela Talini Ninive e, em especial, Luiza Gabriely Talini Ninive, que esteve comigo me acompanhando como colega e parceira de diversos trabalhos durante esses quatro anos.

Aos meus tios Ângelo Marcos Talini, Rosa Aparecida Fernandes, Zoeli Jacques Cristaldo e Julio Barbosa Cristaldo por toda a motivação que me deram desde o primeiro dia de curso.

Aos meus amigos Jean Carlo, Max Peterson e Kelvin Gonçalves que me acompanharam durante esses quatro anos de curso, obrigada pelas risadas e pelo companheirismo dentro e fora da sala.

E, por fim, a minha orientadora, Professora Me. Gezeli Eberhard, por todo o incentivo dado durante a elaboração do trabalho, e a todos os professores que tive o prazer de conhecer.

Obrigada!

EPÍGRAFE

[...] Avante no caminho que escolheste! Muitas dificuldades terão de ser enfrentadas, mas não vos deixeis desencorajar – sede decididos, porque certo é o vosso triunfo e certo é que todo passo adiante em vossa marcha servirá à nossa causa comum, a causa da humanidade!

- Friedrich Engels Barmen, 15 de março de 1845.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória percorrida pelas mulheres até seu acesso ao mercado de trabalho, especificando mais precisamente seu trânsito ao ensino, onde se tem hoje uma grande participação feminina, principalmente nas séries iniciais. As confluências desses fatores em conjunto com minha própria experiência, como aluna de um ensino superior e também como mulher, conduzem uma pesquisa na qual leva preceitos femininos dos quais me identifico, e em certo ponto, traçam pensamentos próprios a respeito de algumas historicidades que ainda não são superadas acerca deste sujeito oprimido socialmente.

Palavras-chave: Mulher; Educação; Gênero.

ABSTRACT

This paper aims to present the path taken by women until their access to the labor market, specifying more precisely their transit to education, where today there is a large female participation, especially in the early grades. The confluence of these factors together with my own experience, as a student of higher education and also as a woman, lead to a research in which it takes feminine precepts of which I identify myself, and to some extent, draw their own thoughts about some historicities that still remain. are not outdone about this socially oppressed subject.

Keywords: Woman; Education; Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A sociedade grega antiga.....	18
Figura 2 – Uma mulher trabalhando em uma indústria têxtil durante a Revolução Industrial.....	19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A presença feminina no mercado francês antes e pós-guerra.....	21
Gráfico 2 - Percentual do crescimento feminino no mercado de trabalho.....	22
Gráfico 3 – Desigualdade em cargos gerenciais.....	23
Gráfico 4 – Porcentagem de brancos e negros que se encontram no ensino superior.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de crianças e jovens que não frequentam a escola por faixa de idade.....33

Tabela 2 – Percentual de jovens entre 15 a 17 anos que não frequentam a escola por estado.....34

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
I. DOS AFAZERES DOMESTICOS AO TRABALHO ASSALARIADO.....	17
II. A ENTRADA DA MULHER NA ESCOLA.....	24
III. HOMENS <i>VERSUS</i> MULHERES NA EDUCAÇÃO.....	33
IV. A SOBRECARGA DAS PROFESSORAS.....	38
IV.I Pesquisa.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

“Qual o papel da mulher na sociedade?”, talvez esta tenha sido uma pergunta que sobressaiu sobre os pensamentos femininos em algum momento de sua vida. “Sua função social estaria enraizada apenas ao papel de ser mãe e esposa?” Compreendendo os diversos contextos e reflexões inerentes ao qual a história em si percorreu, é possível entender como através de diversas contradições estabelecidas foram sendo atribuídas inúmeras respostas para esta discussão. Atentando-se entre essas relações, desvendam-se as transformações culturais aos quais esses conceitos sofreram, transcendendo a ideia enraizada sobre o ser mulher e ser homem.

Fazendo uma relação entre seu processo histórico, no qual se observava uma exclusão feminina, e notando hoje, por exemplo, os centros educacionais com uma massiva participação da mulher nas salas de aulas se pode perceber sobre como a discussão ampliada deste assunto trouxeram grandes êxitos, principalmente através da impulsão das ideias adquiridas pelas doutrinas feministas.

Este papel de ser mãe dado ao *imbecilitus sexus*, como ofensivamente eram chamadas as mulheres, os doentes e as crianças durante o período colonial, que durante muito tempo foi à única oportunidade na qual essas tiveram para participar de um espaço na sociedade, mesmo que nulo e ordinário aos olhos daqueles que a regiam, foi ao poucos ganhando novos caminhos. Sem trabalho assalariado disponível para sua incorporação, poucos foram os acessos que esta encontrou para poder adentrar a um espaço no corpo social de forma mais igualitárias, e quando eram feitos, muita das vezes foram ofertadas as vagas das quais os homens não tinham interesse em se apossar, como de operários em indústrias têxteis, professora e enfermeiras.

Os homens, brancos e ricos, também sempre detiveram um espaço glorioso nos campos educacionais. Hoje, observar o contraste de números apresentados em dados remetem-nos o quanto a luta feminina foi persistente, mas ainda há muito a que se conquistar agora em busca de um sistema igualitário e mais justo.

Enfim, e para que houvesse uma compreensão mais atual acerca de como foram ocorrendo essas inserções, foram analisados diversos levantamentos estáticos idealizados principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e leitura dos próprios autores, como Mary del Priore, Janes Soares de Almeida e Maria Lúcia Tonatto Zibetti, que vivenciaram estes momentos onde havia-se uma grande diferenciação no trato educacional entre esses gêneros.

Por fim também foram realizadas conversas com as professoras que atuam dentro de escolas municipais e estaduais para tentar analisar as vivências que presenciam cotidianamente, elencando assim suas insatisfações e satisfações na profissão.

Assim, diante todo esse levantamento de dados e validação após pesquisas próprias foi possível perceber que ainda há muito que se conquistar para as professoras, que lutam incansavelmente para que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos respeitados. Apesar de se constituir como maioria dentro de diversas instituições o machismo ainda está impregnado em diversos meios escolares, logo, dificultando ao seu crescimento.

I- DOS AFAZERES DOMÉSTICOS AO TRABALHO ASSARALIADO

O papel da mulher sempre esteve correlacionado as responsabilidades taxadas como “femininas”, sendo atribuído como sua responsabilidade o papel de ser mãe, mulher e dona de casa. Desde sua criação, no leito de seu lar, foi preparada para tomar as responsabilidades de ser a “alma da nação, [...] a transmissora dos papiros sagrados [...] e fiel ao amor da pátria”, como salientado pela educadora e feminista “moderada” (como mesmo se definia), Emília de Souza Costa¹, escritora de romances e livros educativos destinados a mulheres muito reconhecidos no Brasil na década de 20.

Essa mesma mulher também tinha como tarefa o dever em aglutinar consigo qualidades tidas como mais “femininas”, como o dom da pureza, doçura, generosidade, entre outras, e repassar estas para os demais outros membros da sociedade. Essa marginalização e inferioridade feminina perpetuam por décadas, impondo-se como sua ocupação diária funções relacionadas a satisfazer os anseios de seu marido.

Logo neste período o acesso ao trabalho, ou a própria educação, ficou restrito aqueles ligados em afazeres domésticos, como culinária, bordado, limpeza, e demais atividades vinculadas aos cuidados do lar.

Segundo Seixas (1998) as diferenciações de atividades exercidas entre os distintos gêneros são praticados desde os primórdios, quando passou a enraizar o cultivo da agricultura e o ser humano logo se fixou em terras passando a ser tornar sedentário. Com isso foi necessária uma divisão de tarefas para que houvesse um equilíbrio “harmonioso” no local, então para o sexo masculino ficou sob seu encargo a responsabilidade pela caça e a proteção da terra, já para as mulheres o cuidado com a família e preparação de alimento.

A partir deste período socialmente começa a se idealizar que a função do homem seria a mais importante e arriscada, portanto a que deveria ser mais respeitada e, sabendo disto, o mesmo passa a apropriar-se deste pensamento e logo “[...] aprende a empregar todos os meios disponíveis para manter sua dominação” (SEIXAS, 1998, p. 28).

Passando-se séculos, e milênios, essa inferioridade feminina continua sendo acentuada. Na Grécia Antiga, onde se havia uma exclusão muito evidente, sendo as mulheres totalmente negligenciadas de funções sociais e desprovidas de quaisquer direitos, mesmo estas se constituindo como a maior parte da população.

¹ Citação retirada do livro “Mulher e Educação: a paixão pelo possível”, de Jane Soares de Almeida (1998).

Os espaços públicos, principalmente as praças, eram tomados por membros da sociedade que esboçavam fervorosamente e diariamente suas opiniões e insatisfações momentâneas, sendo possível observar isso pela figura abaixo. Esses locais tinham como público uma massiva presença masculina, já que as mulheres não eram bem vindas e não tinham local de fala.



Figura 1 – A sociedade grega antiga. Autor Desconhecido

Esses princípios enraizados eram bastante difundidos tanto pelos próprios filósofos importantes da época quanto pela própria Igreja Católica, que tirava da mulher qualquer benfeitoria, culpando-a por pecados e apontando como sua responsabilidade apenas os princípios pré-estabelecidos na bíblia.

[...] a vida social, as expectativas sobre a conduta feminina, as doutrinações religiosas da Igreja Católica, as implicações na sexualidade, o controle da feminilidade e as normatizações sociais, aliadas às exigências de casamento religioso, batismo dos filhos e a confissão dos pecados, significavam uma exacerbada vigilância do corpo e da alma das mulheres. (ALMEIDA, 1998, p. 33)

Por anos este continuou sendo a ideologia vinculada ao sexo feminino, culminando no início das reformulações deste cenário após os desenrolamentos da Revolução Industrial (segunda metade do século XVII) e da Revolução Francesa (1789).

As mudanças que ocorreram na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, na chamada “Revolução Industrial”, causaram socialmente diversas transformações em todos os meios sociais. Com sua chegada foi-se alterando toda a dinâmica que se vinha presente, vista as novas relações que iam se criando entre o ser e o trabalho.

Cria-se uma necessidade de buscar se adequar aquilo que se empunha e, os novos trabalhadores, para garantir sua sobrevivência e de suas famílias tinham que vivenciar descasos humanos corriqueiramente para assim conseguirem levar para suas casas o tão sonhado dinheiro.

As mulheres, que antes tinham como dever os afazeres ligados a casa, agora se viam obrigadas a contribuir financeiramente para a família, já que os salários de seus maridos e filhos eram totalmente baixos sendo impossível manter uma condição favorável neste novo sistema desigual que se instituía. Para as indústrias, principalmente a têxtil, a absorção dessa mão-de-obra foi benéfica, dado a baixíssima remuneração que seria desembolsada e a fácil dominação pelo patrão homem.

Essa situação de submissão discutida pode ser representada através da imagem abaixo, onde se observa uma mulher praticamente de joelhos realizando alguma atividade no maquinário enquanto o seu superior, o homem, a vigia, possivelmente para validar se seus serviços estão sendo bem feitos.

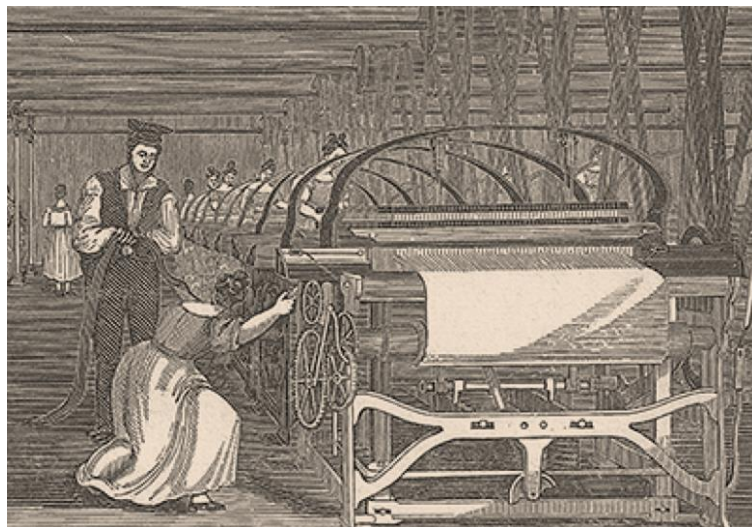


Figura 2 – Uma mulher trabalhando em uma indústria têxtil durante a Revolução Industrial.
Autor desconhecido.

Esse certo favorecimento ao empregador logo o leva a querer contratar cada vez mais um corpo feminino ao seu sistema, sendo assim, em 1830 as mulheres passaram a se

constituir como maioria dentro das indústrias têxteis, ocupando 102.812 das 191.671 vagas existentes, segundo Thompson² (1987, p. 170).

Engels (2008) em seu clássico “A Situação da Classe Trabalhadora”³ abre espaço para a discussão dessa subalternidade vivenciada dentro dos sistemas fabris ingleses, apontando assim para algumas vivências presenciadas pelas camadas mais pobres durante a execução de seu trabalho. Durante sua análise também abre espaço para a discussão feminina, já que...

[...] quanto mais a atividade dos braços e os esforços musculares vêm sendo substituídos, mediante a introdução das máquinas, da força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessita de homens, deslocados por mulheres e crianças que, além de serem mais hábeis que os homens, recebem salários menores (p. 180).

Como se imagina a condição feminina nesses locais apresentados foi sendo cada vez mais inferiorizados, pois, apesar de em alguns desses se constituírem como maioria e por possuírem a mesma jornada de trabalho do que as dos homens, de 14 a 16 horas diárias, acabavam por receber apenas um terço do salário dos seus colegas.

[...] as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas porque os cargos de direção cabiam sempre aos homens. Como não havia uma legislação trabalhista, as operárias procuravam à imprensa operária para registrar suas queixas: contra as péssimas condições de trabalho, a falta de higiene, o controle disciplinar, o assédio sexual etc. (RODRIGUES, p. 17)

Além de agüentar essa jornada totalmente exorbitante, era disseminado ainda socialmente que houvesse também uma cooperação naqueles mesmos anseios patriarcais por parte da mulher, ou seja, após um dia exaustivo de trabalho essas eram obrigadas a chegar a casa e servir seu marido, filhos e etc.

As mulheres enfrentavam uma carga dupla: a de agüentar o choque do novo e ainda manter juntos os trapos e cacos do velho; enquanto um braço levantado saudava a nova aurora, o outro ainda carregava uma criança ou capinava um campo; e até mesmo no meio de uma revolução era preciso que

² Dados retirados do artigo “O trabalho feminino durante a Revolução Industrial”, elaborado pelos autores Rodrigues, Milani, Castro e Filho.

³ Publicado originalmente em alemão no ano de 1845, se tornou um dos livros mais difundidos de Friedrich Engels. Nesta obra de 385 páginas narra sua observação sobre as condições precárias aos quais os trabalhadores das indústrias da Inglaterra viviam.

houvesse comida, amor, calor, abrigo, luz e vida, ou pelo menos o máximo de cada um destes que uma mulher lutando no front doméstico pudesse reunir. (MILES, 1989, p. 201)

Assim como na Revolução Industrial, em outros momentos também houve importantes acontecimentos que acabaram por levar a uma notória inserção feminina no mercado de trabalho, por exemplo, através das guerras que assombraram durante muito tempo o mundo.

Como os homens de diversos países tiveram que contribuir com sua pátria e ingressar a frente dessas batalhas, dava-se espaço para que as mulheres assumissem a posição antes masculina, responsabilizando-se então empregos e domínios de negócios por um curto período de tempo (ao menos era o que se esperava).

Isso não significou que sua inserção se deu da mesma forma intensa comparado com o momento anterior. Não houve, entretanto, uma massiva participação feminina no mercado de trabalho, a não ser nas enfermarias. Por exemplo, só na França, segundo dados apresentados pela historiadora Anne Cova⁴ (2014), as mulheres antes desses períodos contavam com a mão-de-obra feminina totalizando cerca de 30%, e durante os conflitos chegaram a ter 40% do espaço no mercado ocupado com sua presença, um salto de apenas 10%.

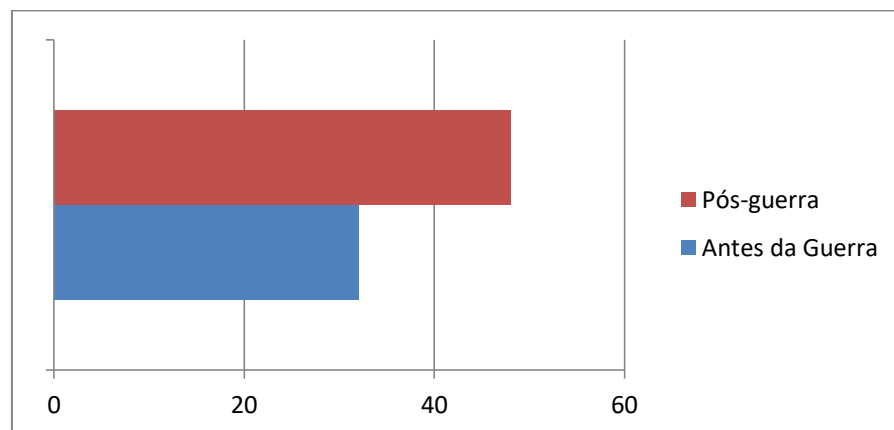


Gráfico 1 – A presença feminina no mercado francês antes e pós-guerra. Gráfico autoral.
Fonte: Anne Cova.

Percebendo essa situação de inferioridade logo começou um movimento reivindicando direitos igualitários, como o do acesso ao mercado, educação e ao voto. Esses

⁴ Dados retirados do ensaio “As mulheres foram activistas na guerra, depois só voltaram ao lar”, publicado na Revista “Publico”, de Portugal, durante o ano de 2014.

movimentos se deram em formas de protestos nas ruas, sendo os maiores ocorridos durante o século XX, acarretando assim uma ruptura nas definições pregadas como papel feminino.

Logo, elencando todos esses acontecimentos é possível perceber que a mulher no mercado de trabalho sempre se fez presente em espaços difíceis, ou então nos quais ficaram tidos como de essência não masculina, isso mesmo possuindo uma maior porcentagem em números populacionais.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil a mulher ainda não se estabelece o maior número de vagas, e em dados apresentados pelo Ministério do Trabalho hoje o percentual se estabelece próximo a 49,9%, como mostra abaixo, apesar disso tudo, tanto no trabalho como na educação, ainda é o grupo que mais se profissionaliza para entrar no mercado, através de cursos e orientações.

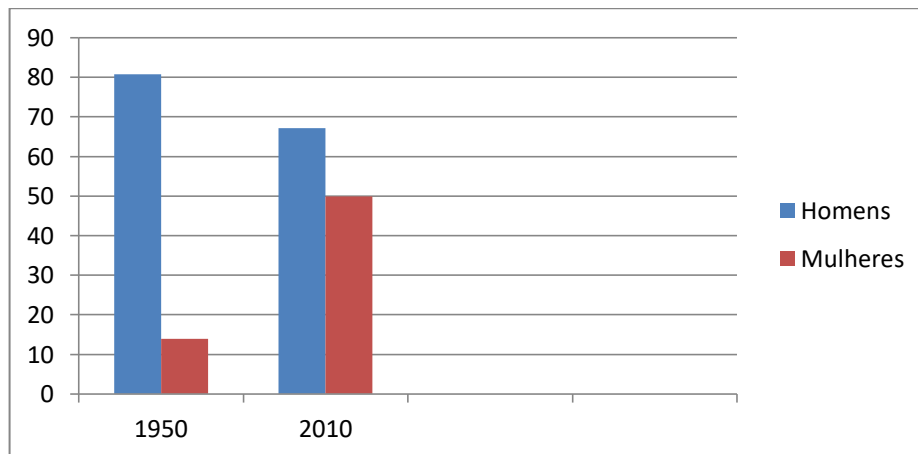


Gráfico 2 - Percentual do crescimento feminino no mercado de trabalho. Gráfico autoral.
Fonte: IBGE.

A igualdade de gênero, com esse crescimento que acelerou nos últimos anos, ganhou espaço para discussão, no entanto, não se houve muito desenvolvimento a partir de então. Ainda há padrões que preferem pagar menos às mulheres mesmo com sua profissionalização mais acentuada, utilizando como justificativos fatores naturais da própria mulher, como o mais discutido atualmente, o fato de ficar grávida.

Sobre os encargos salariais, hoje, em média, a mulher chega a receber um valor estipulado em R\$ 1.764,00 (mil setecentos e sessenta e quatro reais), enquanto os homens chegam a ganhar mensalmente R\$ 2.306,00 (dois mil trezentos e seis).

Além disso, em cargos superiores também há diferenciação muito acentuada entre os gêneros. Apesar de possuírem números superiores nos dados de profissionalização, ainda não

foi ofertado a essas mulheres colocações de chefia, sendo isso consequência também do machismo que se encontra impregnado nos módulos sociais.

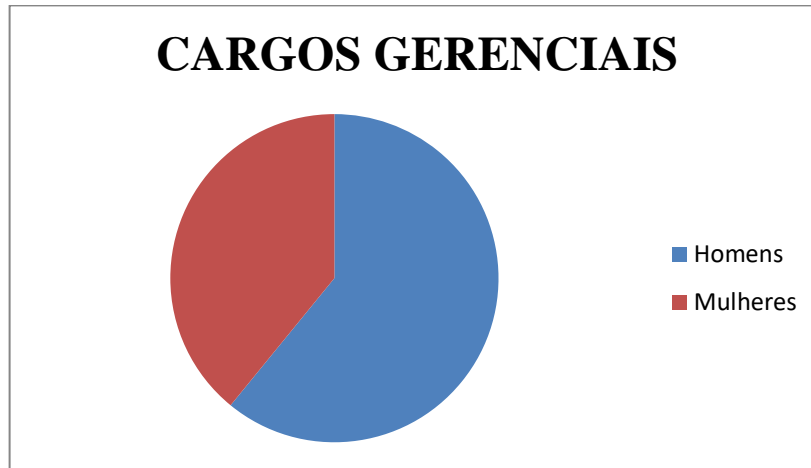


Gráfico 3 – Desigualdade em cargos gerenciais. Gráfico autoral. Fonte dos dados: IBGE.

Por fim, as fontes usadas durante este capítulo nos apresentam que, apesar de todo o avanço, que muito foi acelerado pós-revolução industrial, a mulher ainda se mostra estagnada nos conceitos mais patriarcais.

Difundir ideais que mostram que uma mulher consegue disputar a páreo com um colega uma vaga com certeza poderia impulsionar uma mudança mais igualitária, já que para o empregador não deveria estar em jogo o sexo do seu funcionário, e sim sua capacidade.

II- A ENTRADA DA MULHER NA ESCOLA

Assim como a sociedade, o espaço educacional também sofreu - e vêm a sofrer - diversas transformações por efeito do contexto histórico vigente, interesses políticos, pensamentos e realidades emergentes dos diversos grupos. Para as mulheres toda esta renovação não se fez de uma forma acelerada rente aos acontecimentos das épocas, sua inserção na educação e nos âmbitos de coletividade levou anos para ser amplamente difundido, ou seja, enquanto o mundo se modernizada acentuadamente, a função feminina continuou se estabelecendo pelas tarefas relacionadas ao lar. Diante desses fatores tão importantes, ao longo deste capítulo pretende-se analisar maior parte deste processo histórico, desde seu letramento até a sua inclusão nas instituições superiores.

Inicialmente, no Brasil Colônia (XVI-XIX) o acesso ao ensino era ofertado ao sexo masculino devido à influência da Igreja Católica, que disseminava a concepção bíblica de superioridade deste gênero, uma vez que as mulheres eram descendentes de Eva, logo estavam impregnadas com seu pecado.

As práticas sociais e os valores culturais cultivados na Metrópole passaram a ser incorporados no cotidiano da Colônia, disseminando-se, assim, uma mentalidade que colocava o homem no topo da hierarquia social, como principal ator nas relações sociais. A instrução, portanto, aparecia, seja na Metrópole seja na Colônia, como uma prerrogativa masculina, à qual a mulher não poderia aceder por ser incompatível com a “natureza” de seu sexo e com suas funções sociais. [...] Um forte componente religioso não apenas reforçava, como também legitimava essa concepção acerca da figura feminina. A Igreja Católica, representando a grande potência religiosa da época e cuja influência se dava tanto no plano espiritual quanto material e, sobretudo, no político, sustentava que a hierarquia estabelecida entre homens e mulheres era natural, criada por Deus. Seus dogmas privilegiavam o masculino, pois apenas os homens podiam ter acesso ao sacerdócio, aos textos sagrados e ao conhecimento - à leitura e à escrita. (COSTA, 2016, p. 21-22)

Logo, para as mulheres a única alternativa para se livrar, e livrar sua família, do fado deste pecado seria aderindo aos preceitos que a própria Igreja tecia. Durante esse contexto de busca por um acesso mais viável as palavras escritas na bíblia, um grupo de mulheres portuguesas pediram aos membros das dioceses de Portugal a elaboração de materiais que facilitariam o entendimento aos livretos religiosos presentes nas missas. Após discussões

internas sobre este pedido foi elaborado então o tradicional “Abecedário Moral⁵”, feito pelo autor de contos Gonçalo Fernandes Trancoso, no ano de 1585.

ABECEDÁRIO MORAL DE GONÇALO F. TRANCOSO

A = Amiga da sua casa	M = Mansa
B = Benquista da vizinhança	N = Nobre
C = Caridosa para com os pobres	O = Honesta
D = Devota da Virgem	P = Prudente
E = Entendida no seu ofício	Q = Quieta
F = Firme na fé	R = Regrada
G = Guardadeira de sua fazenda	S = Sezuda
H = Humilde	T = Trabalhadeira
I = Inimiga do mexerico	U = Unida à família, útil ao marido
J = Jeitosa	V = Virtuosa
L = Leal	X = Xã (simples)
	Z = Zelosa da honra

Durante um longo período o acesso através da religiosidade foi uma das únicas oportunidades que os grupos femininos tiveram para um acesso ao letramento. Os primeiros incentivos para um letramento coletivo foram encontrados nos despenhos dos jesuítas através da Companhia de Jesus, que conseguiram levantar naquele espaço da época cerca de 20 colégios, estes especializados apenas na educação dos brancos e indígenas.

A companhia de Jesus influenciou o modo de educar os indivíduos na colônia segundo as suas posições sociais, levando...

[...] a níveis distintos de instrução: para os índios, os rudimentos da língua e os ofícios; para os brancos libertos, os rudimentos da escrita, da leitura e os ofícios; para as classes abastadas, os ensinamentos superiores que garantiriam a manutenção da estrutura de poder; já para os escravos africanos e alforriados, os ofícios. (AMORIN, 2017, p. 187).

⁵ “Abecedário Moral, de Gonçalo Fernandes Trancoso, retirado de seu livro *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*”, publicado em Lisboa, em 1585, e de grande projeção tanto em Portugal quanto no Brasil” (TOBIAS, 1972, p. 74).

Os incentivos a educação feminina, no entanto, iniciou dentro de comunidades indígenas. Havia uma interferência muito grande desses catequizadores dentro das comunidades em busca de “civilizar” estes povos através da palavra de Deus, vendo isto os próprios homens (indígenas) acabavam por solicitar aos membros da companhia a educação de suas companheiras durante a catequização.

A Igreja Católica, que levava a catequização indígena muito a sério logo levou estes anseios em consideração, ficando então ao padre Manoel de Nobrega a função de redigir uma carta a Rainha de Portugal, Catarina, solicitando tais pedidos. Porém, como era de se esperar, a resposta foi negativa, pois para Portugal o incentivo ao letramento de mulheres da baixa classe social acabaria por sujar a imagem da elite feminina portuguesa, que também tinha os mesmos desejos, mas não eram correspondidas por conta da imagem “ousada” e “inviável” que passariam.

Convém ressaltar que diante a resposta negativa algumas destas mulheres se contrariaram a nota da Catarina, buscando ajuda com alguns membros da própria Companhia de Jesus, pois suas ânsias pela educação acabaram por ultrapassar quaisquer regras impostas.

Voltando ao Brasil, o sexo feminino durante este período colonial acaba estagnando-se a esta mesma situação, não houve grandes mudanças em relação a sua inserção na educação, mesmo que esta fosse sua vontade. Por conta disso, são criados durante a metade do século XVII os primeiros conventos femininos, fundamentais durante o processo de instrução.

Os conventos, como o de Santa Clara do Desterro, continham diversas matérias ainda muito voltadas ao lar e construção de uma moral, sendo inserido agora o ensino da música, preparo de comidas, artesanato, e um dos mais importantes e procurando, o ensino da leitura.

Esses espaços, no entanto, não surgiram efetivamente para se tornar o primeiro acesso feminino à educação, foram estrategicamente criados para neles serem inseridas aquelas meninas que haviam cometido algum erro que colocasse a família em um patamar vergonhoso na sociedade, e entre demais outros casos.

[...] os conventos, apesar de proporcionarem às meninas alguma instrução, eram, por sua natureza, espaços dedicados à vida religiosa e à reclusão. Proporcionar às meninas o acesso à instrução não era o principal objetivo a ser empreendido nestes locais. O acesso ao conhecimento era proporcionado unicamente por conta do estilo de vida que se cultivava e vinha acompanhado de uma série de obrigações e restrições que a vida religiosa impunha, como, por exemplo, a leitura de obras sacras, exclusivamente. (COSTA, 2016, p. 25)

A colônia portuguesa pouco se estendeu em discutir a temática da educação voltada ao ensino feminino, logo estas criações, como de conventos e de demais espaços religiosos, foram sendo utilizados como um internato pelas famílias. Como havia um receio diante a vergonha social que poderiam vir passar, muito por conta do afastamento religioso e a rebeldia em ir contra as decisões já estabelecidas sobre os casamentos arranjados, era mais viável afasta-las desses “perigos”, deixando-as presas em um lugar onde isto não poderia vir a ocorrer.

Pontos que delimitam uma mudança começam a surgir logo depois desses acontecimentos, quando um homem chamado Marques de Pombal assume o cargo de ministro, trajando novos ideais e formas de pensar diante seus princípios efervescentes. Pombal tinha uma visão moderna de que uma sociedade só se constituiria após o crescimento intelectual dos seres pensantes, estes advindos através das artes, música, ciências, e leituras, então visto a situação contrária que Portugal se encontrava, foram sendo implantadas diversas reformas ligadas aos pensamentos iluministas.

[...] aconteceram na Europa inúmeras mudanças no modo de produção e de idéias, que refletiram de forma ascendente na vida dos homens. Sua disseminação atingiu a economia, a ciência, a política, a arte, a religião e a filosofia. A transformação não ocorreu somente na produção material, e sim em todos os aspectos da consciência humana. Desenvolveram-se no mundo todo profundos movimentos como: a Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra; a Revolução Francesa; a Reforma Pombalina, em Portugal; e as Inconfidências, no Brasil. Em termos filosóficos, o iluminismo dominou o campo das ideias. Trata-se de um momento histórico em que o homem abandona as superstições medievais e abraça as idéias iluminadas pela razão e pela ciência. O objetivo do Iluminismo era libertar o pensamento do domínio das idéias sobrenaturais para o homem conquistar a liberdade intelectual, política e religiosa, motivo pelo qual se condenava toda forma de pensamento pautado no absolutismo político e religioso. (FRANCO, 2007, p. 03)

Pombal ao se estabelecer em sua função logo decide acabar com todas as escolas jesuítas, pois estas não se encaixavam no viés científico que estava se implantando, e acabou por expulsar toda a Companhia de Jesus dos territórios que detinham seu domínio, como no caso do Brasil.

Já que o antigo sistema educacional havia sido excluído foi-se necessária uma nova problematização ligada às ideias pombalinas, sendo agora posto em vigor as chamadas Aulas Régias, que segundo Costa (2016), se perpetuou através de “contratação de professores leigos,

no controle da atividade docente através da proibição do ensino (mesmo particular) por pessoas que não tivessem sido aprovadas em exames de habilitação e idoneidade comprovada pela Diretoria Geral de Estudos e seus delegados”.

Mesmo com escolas especializadas no ensino feminino sendo criadas, a situação continuava igual a anterior, os sentidos impregnados na sociedade patriarcal continuavam retratando como papel da mulher os afazeres do lar.

No geral, este período foi um dos mais importantes, apesar de toda essa revolução ter em partes continuado apenas no papel. Em alguns pontos é notório um empenho em mudança na situação educacional foi bastante perpetuado, por exemplo, com as diretorias criadas para focarem em melhores materiais pedagógicos.

Outro ponto histórico favorável para que essa situação se modificasse foi à mudança da capital brasileira para o Rio de Janeiro, em 1763, logo, essa modificação, logicamente, acabou por acarretar inúmeras mudanças significativas no cenário nacional. Mas o que exatamente isso empregaria em algo na inclusão feminina nas escolas? Como é de saber, o território dessa nova capital se encontra a beira mar, e, sabendo-se disso, anos mais tarde, em 1808, foi determinada a abertura dos portos às nações europeias ocorrendo assim um intenso fluxo de estrangeiros, de novas ideias, costumes, língua, dentre outras coisas.

Na educação houve uma grande importância esse acontecimento, pois, adentraram-se ao território brasileiro novas culturas e costumes, ou seja, como em outros países já se possuíam um costume em inserir as filhas de famílias abastadas em colégios, ao estabelecerem-se ao país logo esses novos moradores começaram a difundir esses ideais na sociedade.

A abertura dos portos às nações amigas de Portugal, a chegada de uma aristocracia portuguesa, são fatores que irão provocar mudanças no próprio ordenamento da sociedade colonial. No campo educacional, foram criadas pela primeira vez instituições de ensino superior nas áreas de Engenharia, Medicina, Química e Agricultura. (RIBEIRO, 2015, p. 424)

Rapidamente, começou-se um corriqueiro costume em aprender-se a língua inglesa, pois, para algumas famílias brasileiras, este seria um ótimo caminho para o arranjo de casamentos com homens europeus ricos, sendo assim, foram criando-se pequenos espaços que logo se transformaram nas primeiras escolas especializadas na fluência.

Ainda no século XIX, a situação da inserção feminina nos próprios colégios educacionais presentes começa a ganhar novos rumos, tudo por conta do processo de urbanização e modificação da estrutura vigente que ganhava cada vez mais força. As

mulheres da “nova classe” que se constituía socialmente reivindicavam novos espaços, sendo assim viabilizada no próprio magistério sua emancipação. Em 15 de outubro de 1827 a situação começa a ganhar mais fortalecimento através da primeira lei criada a respeito da educação, onde se foi estabelecido que “em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827).

Isso não significa que anteriormente não existiam professoras mulheres. Como já discutido, o espaço ofertado para sua inserção na sala de aula foram viabilizados em poucas casas de famílias mais favorecidas, ou em próprios conventos e orfanatos. Neste momento, no entanto, há um grande avanço por conta do acesso ao ensino primário e ensino normal para as meninas.

Das matérias exigidas nestes novos espaços se priorizava o ensino da leitura e escrita da língua portuguesa, operações aritméticas, noções de geometria, doutrinas religiosas (ligadas a Igreja Católica), entre outros. No entanto, na educação feminina foi excluída como matéria a geometria, já que havia um pensamento vigente sobre não ser função de a mulher atender-se a esse tipo de conhecimento, e em seu lugar, foi determinada às praticas de aprendizados domésticos, como de praxe. Para as professoras que lecionavam nesses espaços também houve essa mesma restrição presente em lei, ou seja, não deveriam dar aulas em matérias tidas como responsabilidade masculina.

Percebe-se, dessa forma admissão da mulher, como Mestra, mas ainda com algumas discriminações, a ela seria excluído a possibilidade de ensinar, geometria, pois essa seria uma área de domínio masculino. Ademais, ficasse resguardado o direito de instruir sobre aquilo que é de sua “incumbência”, a artes femininas de economia doméstica. (KRAUSE, 2016, p. 10)

Nesse período cada vez mais as mulheres foram superando esses quesitos estabelecidos em lei, já que os homens cada vez mais abandonavam o magistério na procura de um trabalho mais rentável. Em Pernambuco, por exemplo, o abandono de cursos voltados para o trabalho como professor por parte dos homens foi tão grande que foi perceptível que ainda no século XIX já havia mais mulheres dentro dessas instituições.

Em decorrência ao descaso e a má fiscalização das escolas logo se foi necessário à modificação da estrutura educacional. “A falta de professores qualificados, de remuneração adequada, de fiscalização, entre outras, foram às causas que demonstram a incapacidade (ou não intenção) do governo de organizar a educação popular no Brasil” (ZOTTI, 2006, p. 05). A

solução criada foi de passar a instrução primária e secundária para responsabilidade da província, e ao governo central, o ensino superior.

[...] em 1854, através da Reforma Couto Ferraz (decreto n. 1.331 – A/17/02/1854), há o reforço da obrigatoriedade do ensino elementar e do princípio da gratuidade, a previsão de criação de classes para adultos, sendo vetado o acesso dos escravos ao ensino público. A instrução primária, inspirada na concepção francesa, é organizada em duas classes: a elementar (1º grau) e a superior (2º grau). Neste decreto há um detalhamento do que deveria ser ensinado em cada classe. (ZOTTI, 2006, p. 06)

Para as mulheres a mudança não culminou em fatores positivos, continuou-se a caminhar no mesmo viés de favorecimento aos homens, oferecendo para essas aquelas mesmas matérias ligadas as ideias propagadas como responsabilidades de seu gênero.

Vinte e cinco anos depois, com o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que detinha inspirações presentes nas discussões do liberalismo, começou a haver uma mudança mais radical no que se diz a inserção de mulheres e da própria minoria excluída. O ensino para as crianças de 07 a 14 anos se estabelecia agora como obrigatório para ambos os sexos, havendo ainda, infelizmente, algumas diferenciações diante a algumas matérias específicas, como na geometria e em estudos ligados a casa.

Mais a frente, em 1889, com a instauração da “República Velha” através do golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, ocorre uma nova reestruturação não só na educação, mas em diversos outros meios sociais. Os ideais positivistas tangeram toda uma reforma historicamente importante, que possuiu em seu contexto pontos positivos e negativos.

A educação passou a ser considerada uma das melhores “armas” para a superação dos principais problemas que ocorriam socialmente, pois com a inserção efetiva no ensino, principalmente no superior, haveria a formação de cidadãos civilizados que futuramente acabariam por ajudar a realizar um desenvolvimento acentuado no futuro.

A educação foi considerada o instrumento para solucionar os problemas existentes que as mudanças ocorridas trouxeram, pois se acreditava que as escolas poderiam difundir a cultura própria dos imigrantes que abrangia valores morais, costumes e posturas como determinantes para a época. Motivos como esses justificaram do ponto de vista político e econômico a criação de uma Escola Pública que instrísse o indivíduo para a sociedade em mudança. (FRANÇA, 2007, p. 129)

Para que fossem ofertados da melhor forma possível, a responsabilidade da oferta e fiscalização do ensino foi dividida entre a União e os estados, sendo que este último foi

incumbido ao ensino primário, e a União o secundário e o superior. No entanto, essa disseminação entre órgãos logo trouxeram inúmeros problemas e dualidades, e para tentar amenizar este impasse foi proposta uma reforma muito reconhecida, a de Benjamin Constant.

Essa reforma defendia o ensino livre em todos os níveis e a gratuidade do ensino primário, que passou a ser dividido em 1º grau, para as crianças de 07 a 13 anos, e 2º grau, para aquelas de 13 a 15 anos. Anteriormente o ensino primário não era visto como um caminho necessário para a formação de intelectuais, por isso, durante este período se manteve igual aos anteriores, porém durante esta reforma houveram algumas modificações devido a sua importância como caminho para o ensino superior.

Em relação ao plano curricular do ensino secundário, a reforma B. Constant, sem suprimir a parte tradicional do currículo, ou seja, o estudo do Latim e do Grego, propôs que a sua parte principal fosse constituída pelo estudo das ciências fundamentais, em um curso de sete anos, na ordem lógica de sua classificação estabelecida por Augusto Comte, um dos mentores da filosofia positivista. (FILHO, 2005, p. 02)

No entanto, devido a diversos embates por conta de algumas propostas criadas e a falta de interesse por parte dos alunos, esta reforma logo foi revogada e superada.

Procedendo a essa reforma novas foram surgindo, pois acabavam sendo revogadas por falta de apoio, como a próxima que entrou em vigor, a de Epitácio Pessoa, no ano de 1898, que atribuiu ao ensino secundário menos importância, reduzindo sua carga para seis anos.

Para as meninas os novos conceitos apresentados se tornaram ambíguos, em certo momento apontava-se a importância de enfatizar sua entrada no ensino, e em outros, aplicava aquela mesma ideia anteriormente enraizada sobre sua ligação com o lar, família e casamentos. A mudança, assim como apresentado, só se aplica a meninos, e em alguns momentos a resquícios de levantamento de escolas mistas em alguns lugares, mas nunca passa disso.

As mulheres sempre foram tomando poucos espaços e de forma lentamente dentro da educação, seja em quaisquer destes períodos já discutidos. Então como se emanciparam dentro da educação? Dentro desses períodos, em pontos e situações variadas, a educação, através do encargo religioso, acabou por montar pequenos colégios especializados na formação de meninas, seja pra atuar como freiras ou não. Esses colégios cada vez mais foram sendo procurados, sendo um exemplo destes o da Imaculada Conceição, construído no Rio de Janeiro.

Com esse crescimento logo se começou uma procura muito grande em cursos educacionais, mesmo que com certos empecilhos criados pelo sistema patriarcal que ainda dificultavam um acesso legítimo. Hoje vemos um cenário diferente, mais igualitário, basta observar uma sala de aula e perceber que há uma ocupação equilibrada entre pessoas do sexo feminino ou masculino.

A Constituição Federal, elaborada no ano de 1988, também garante acesso legítimo a todos, quando diz que “são direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988, Art. 6º, grifo nosso).

Ainda há muito que se conquistar no espaço educacional pelas mulheres, mas emancipar todo este trajeto desenvolvido, apenas para a entrada da mulher em uma escola, vale ser retratado e discutido para que futuramente não sejam tomados estes direitos que a muito custo foram dados.

III. HOMENS *VERSUS* MULHERES NA EDUCAÇÃO

Difícilmente alguém entrou em uma sala, principalmente de ensino fundamental, e viu um grupo de meninas convivendo harmoniosamente com os meninos. Naturalmente, sempre houve uma separação emancipada pelos próprios pais, e até pelos professores, que em discursos velados esboçam frases do tipo “menina brinca com menina”, ou o contrário, “menino brinca com menino”. Isso cria um espaço totalmente fragmentado, que recria também o cenário fora da sala.

Inclusive, é nesses locais que vemos os primeiros indícios de uma diferenciação em oportunidades e acesso entre os sexos, sendo esses explícitos também através de dados levantados pelo IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) representados na tabela abaixo.

PERCENTUAL DE CRIANÇAS E JOVENS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA POR FAIXA DE IDADE						
	TOTAL DE MULHERES	MULHERES FORA DA ESCOLA	<i>Representatividade</i>	TOTAL DE HOMENS	HOMENS FORA DA ESCOLA	<i>Representatividade</i>
De 0 a 04 anos	6.311.845	4.011.168	64%	6.629.613	4.261.005	64%
De 05 a 09 anos	6.972.994	160.914	2%	7.288.827	207.503	3%
De 10 a 14 anos	7.761.034	103.523	1%	8.103.415	141.194	2%
De 15 a 17 anos	5.214.020	757.093	15%	5.423.592	836.050	15%

Tabela 1 – Percentual de crianças e jovens que não frequentam a escola por faixa de idade. Autoria própria.

Fonte: PNAD/IBGE 2015

Um dos grandes responsáveis para esses números acentualmente consideráveis é o abandono dos estudos por conta da rápida inserção ao mercado de trabalho. Deve-se também considerar que a maior parte dos brasileiros estão inseridos nas classes sociais mais baixas, logo, alguns desses jovens tendem a optar em buscar algum crescimento na renda a partir da venda do seu esforço.

Nessa mesma pesquisa também foi possível levantar quais os estados nacionais onde se há uma representatividade maior da não frequência de alunos. Nele é possível perceber que os quais possuem um índice maior de abandono são os mesmos que ocupam as primeiras posições nas pesquisas sobre desigualdades sociais, como por exemplo, o Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Amazonas.

PERCENTUAL DE JOVENS ENTRE 15 A 17 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA POR ESTADO				
ESTADO	TOTAL DE MENINAS	MENINAS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA	TOTAL DE MENINOS	MENINOS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA
AC	30.308	4.905	27.502	4.729
AL	98.794	17.620	100.678	13.216
AM	118.136	21.152	114.245	15.626
AP	25.496	4.992	23.383	5.253
BA	436.785	65.845	440.139	68.862
CE	228.754	39.316	260.734	46.744
DF	75.609	5.840	85.029	7.139
ES	97.151	14.994	90.558	14.996
GO	167.733	23.506	164.119	24.870
MA	220.977	34.575	231.502	39.832
MG	514.342	54.757	553.512	83.095
MS	56.999	12.372	68.043	14.580
MT	77.064	17.513	83.633	15.323
PA	243.062	36.315	278.489	35.763
PB	110.536	22.621	98.262	16.808
PE	238.289	50.750	281.042	49.800
PI	98.503	15.758	98.816	11.821

PR	273.370	44.252	284.787	45.407
RJ	399.456	36.553	392.347	48.226
RN	89.720	18.367	87.605	14.836
RO	52.954	9.729	55.659	11.889
RR	15.500	2.273	16.948	SEM VALORES
RS	239.646	30.303	283.541	50.771
SC	145.464	19.347	176.987	26.512
SE	63.421	11.365	67.816	10.997
SP	1.055.942	137.266	1.013.363	151.179
TO	40.009	4.807	46.853	6.330

Tabela 2 – Percentual de jovens entre 15 a 17 anos que não frequentam a escola por estado. Autoria própria.

Fonte: PNAD/IBGE 2015

Os dados disponibilizados para retratar a faixa etária presente no ensino médio retirados dessa mesma pesquisa do IBGE apontam que as mulheres tendem a possuir uma porcentagem superior aos dos homens no ensino médio, chegando a 54,1% das vagas preenchidas do total de mais de nove milhões de alunos. Esse número, no entanto, poderia vir a expressar uma maior expressividade, mas por conta dos altos índices de gravidez precoce há uma grande evasão acontecendo principalmente nesse nível escolar.

No ensino superior a mulher continua a manter os mesmos percentuais dos anteriores, ocupando sempre a liderança nos índices educacionais por gênero. Em dados levantados em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, constatou-se que quase 20% do total da população do sexo feminino já mantém nível de escolaridade superior, contra os 13,5% contabilizado pelos homens.

Ainda nessa mesma amostragem é possível perceber uma diferenciação no acesso para pessoas negras. É perceptível diante os levantamentos que os brancos tendem a apresentar uma porcentagem maior de residentes no ensino superior, chegando aqui a contabilizar 20% de pessoas dessa característica cursando alguma faculdade, já para os negros, em ambos os sexos, quase não passa de 10%. Essa diferença chega a atingir o total de 13,1% apenas nos dados levantados sobre as mulheres, por exemplo.

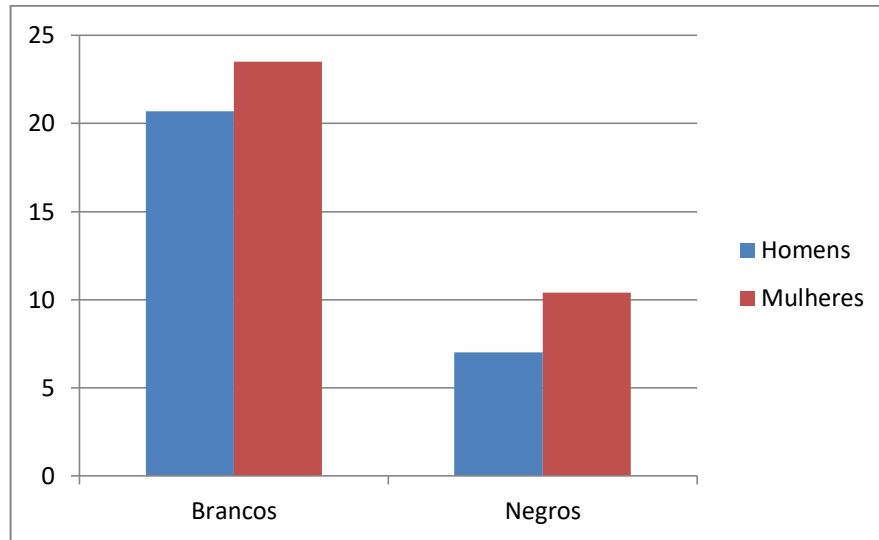


Gráfico 4 – Porcentagem de brancos e negros que se encontram no ensino superior. Gráfico autoral.
Fonte dos dados: IBGE.

O grupo feminino também ocupa a liderança em outro patamar muito importante para a educação, no de publicações de artigos científicos. Essa liderança se encontra em um percentual muito ascendente, chegando a totalizar, apenas entre os anos de 2014 e 2017, mais de 50 mil artigos publicados.

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). [...] Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres entre 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. (TOKARNIA, 2019, s/n)

No entanto, apesar de todos esses números mostrarem que sempre há uma maior procura por parte das mulheres em uma busca por melhor profissionalização, ainda não se abre espaços significativos para sua inserção nesses patamares superiores. Por exemplo, na educação, analisando todos esses dados, em níveis superiores não há um registro de mais mulheres lecionando. A maioria das salas ainda se mantem dirigidas por homens, em dados o grupo feminino tende a ocupar apenas 45,5% entre os 384.094 docentes em exercício.

Afinal, do que vale o esforço se ao final, em profissões mais renomadas tende-se a ser disponibilizadas cadeiras apenas para os homens? Essa dicotomia é consequência daqueles moldes machistas impregnados tão citados anteriormente. Em cursos ligados às exatas esses números se diferem cada vez mais, como na engenharia e na física.

Ademais, apesar de possuírem um espaço significante lecionando ou contabilizando-se como maioria nos dados, as mulheres ainda não possuem um espaço significativo em cargos mais renomados. No seguinte capítulo, utilizando todo esse encargo apresentado, pretende-se analisar a rotina dessas professoras, que estão cada vez mais sofrendo pela falta de direitos ofertados, e também pela maior cobrança devido às duplas jornadas de trabalho.

IV. A SOBRECARGA DAS PROFESSORAS

Como abordado nos capítulos anteriores, o processo de inserção feminina socialmente ocorreu de forma lenta, até que a mulher conseguisse “apenas” o direito de possuir uma vida pública foram necessários anos de luta. No processo educacional não foi diferente, se não foi pior, pois quantos anos se passaram até a chegada de uma menina em uma sala de aula? Ou então quantas décadas foram necessárias para que uma mulher fosse vista como uma professora?

Para esta última pergunta pode-se dizer que muitos já que até recentemente em alguns momentos, tanto dentro ou fora do ensino, à presença feminina ainda foi muito questionada.

[...] o trabalho das mulheres, no Brasil, era visto como complementar na sustentação da família, mesmo que seu salário fosse maior que o dos homens e que estivesse presente desde o início do processo de industrialização no país. As próprias mulheres o concebiam como secundário ou complementar. Isso teve como consequência seu caráter intermitente, em geral em atividades de baixa qualificação e baixa remuneração. (SIQUEIRA, 2002, p. 23)

Hoje é possível perceber que algumas dessas situações previamente discutidas já foram sendo superadas, sejam através de revoluções sociais que ocorriam, principalmente através das lutas feministas durante os anos de 40-60, ou pelas próprias modificações que ocorriam após a entrada de um novo comando ao governo.

A docência, por exemplo, passou a se constituir como uma área ligada ao feminino, à mulher tinha o papel natural de “transmitir” o conhecimento as crianças já que seria natural para esta. Seguindo estes pensamentos começa a se estruturar uma visão da professora como mãe, ou “tias”, como geralmente são chamadas principalmente em anos iniciais, que se adentra no âmbito educacional e segue sendo estipulado.

[...] se constrói a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruça sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências. (ALMEIDA, 2004, p. 01)

Essa nova mãe, ou nova tia, sempre teve uma delimitação do seu progresso já pré-definida, ou seja, a ascensão da mulher na educação sempre foi algo ofertado com certos empecilhos, vemos isso, por exemplo, no fato de que algumas matérias, principalmente as ligadas às exatas, eram tidas como algo ligado preferencialmente aos homens.

Começa-se aqui então discutir sobre os problemas de sobrecarga enfrentados pela mulher na educação, pois, ainda não se foi superado alguns pensamentos patriarcais, como discutidos anteriormente, logo ao chegar a sua casa é posto que essa dedique tempos para organização e cuidado. Estamos falando agora da chamada dupla jornada de trabalho.

Hoje a carga horaria de um professor chega somar de 20 a 40 horas semanais, isto exclusivamente em sala de aula, logo com planejamentos, elaboração de atividades, diários, relatórios, e entre outras atividades, facilmente pode-se chegar a duplicar esta jornada. Com toda essa sobrecarga vinda acima da mulher começa surgir inúmeros problemas, como a depressão, estresse, cansaço físico, desgaste, raiva, dentre outros que vão sendo desencadeados a partir desses.

Além disso, quando estas saem do seu serviço é de suas obrigações o trato com as tarefas relacionadas ao lar. Em uma pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) utilizando dados estatísticos dos anos de 1995 a 2015, foi constatado que uma mulher tende há gastar sete horas a mais semanalmente realizando serviços domésticos. Nesse mesmo levantamento também foi constatado que apenas 10% das mulheres não realizam atividades domésticas, enquanto apenas 50% dos homens a realizam.

Para analisar se esta situação encontra-se próxima foi pensada uma pesquisa com professoras do ensino básico das redes municipais e estaduais. Depois de analisadas também foi sugerido que houvesse um diálogo com os homens dessas escolas para saber se estes vivenciavam a mesma dificuldade dessas.

IV.1. A PESQUISA

Para a conclusão desta pesquisa foi necessário um fechamento concreto que seria viável ser buscado através do conhecimento e vivência das próprias professoras. Para isso, foi solicitado com conhecidas que lecionam em colégios de Jardim/MS alguma disponibilidade para uma conversa, mesmo que rápida, para validar algumas questões discutidas aqui.

Vale ressaltar, que inicialmente, não houve um interesse em entrevistar professores homens, mas visto a necessidade estas também foram feitas. No entanto, as opiniões destes

ficarão ao final, primeiramente será dado espaço para as abordagens feitas pelas protagonistas deste trabalho, as professoras.

Inicialmente, com todas, foi discutido a centralidade desta pesquisa e o motivo que levou a pensar esta temática, assim, foi mais propício a construção de um debate. Após deu-se iniciada a entrevista com a primeira pergunta apresentada, sobre a opinião destas sobre o papel de ser professora. As respostas dadas seguiram sempre a mesma tonalidade “de educar, ensinar, de levar amor, carinho, e etc.”. Já aqui foi constatado que ainda há aquele ideário de que a escola seria uma segunda casa para o aluno, logo, tende ser ensinado o “amor, carinho, respeito ao próximo”.

Já emendando com a próxima pergunta, as insatisfações foram elencadas inúmeras vezes, a maioria destacou principalmente a estrutura da escola, que não possui materiais de qualidade, e o tempo, já que essas tem que elaborar planos e diários através do sistema, sendo esta tarefa cobrada diariamente.

Isso já levou a resposta da terceira pergunta, sim, essas professoras sentem uma sobrecarga muito pesada. Muitas dessas mulheres relataram que passam a noite realizando tarefas domésticas quando necessário, e fazem isso pela falta de tempo, já que algumas lecionam em dois períodos, ou então procuram substituir suas colegas quando estão em folga.

Também foi constatado que poucas possuem ajuda de seus companheiros, algumas, quando conseguem, ou quando obrigam, pedem auxílio apenas a suas filhas, “já que naturalmente elas lidam melhor com a casa”.

Para os homens foram realizadas as mesmas perguntas, e em geral, as respostas seguiram o mesmo caminho. Um destes, um professor de Campo Grande/MS, recém-formado, que desenvolveu durante sua formação projetos como o do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), respondeu que o papel do professor hoje chega a “ultrapassar a sala de aula”, pois os desafios não recebem um olhar crítico das autoridades.

Suas insatisfações, no entanto, se enfatizam mais no caminho salarial, já que em “muitas cidades do estado houve um corte muito grande”. Em certos momentos também dialoga sobre as estruturas das escolas, que não disponibilizam materiais didáticos nem mídias tecnológicas, e por conta disso muitas das vezes chega a pagar com sua própria renda algumas, o que cria um desânimo, já que ultimamente tende-se a destinar parte do seu salário para a compra de “cartolina, papéis, até mesmo lápis e borracha, porque que alguns dos meus alunos não trazem nada de casa”.

Durante os debates sobre os serviços nos lares este professor salientou que não se importa sobre isso, salientou que “limpo quando da”, mostrando assim uma diferenciação muito grande dos discursos idealizados pelas mulheres.

Isso mostra que a sobrecarga feminina é uma realidade. Em muitos casos, não quer dizer que sejam em todos, os homens tendem a não realizar serviços deste tipo, ou também, deixam como segundo plano, para um momento que esses possam ter tempo.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso se debruçou em reflexões sobre discussões acerca do papel da mulher inicialmente como uma mulher e depois como professora. Houve uma preocupação em trazer primeiramente a realidade que estas se encontravam no início da profissão do magistério onde também não havia espaços destinados a mulheres, uma diferença muito grande do que se encontra em salas de aula hoje.

Adiante foram repensados como a inserção da mulher se deu em outras profissões, e quanto tempo isto demorou a ocorrer. Também foi analisado como se constituiu um magistério tao marcado pelo gênero feminino através dos conceitos patriarcais que diziam sobre o “dom” da mulher como mãe.

Apesar de todos esses acontecimentos e reformulações institucionalizados, a mulher, em muitos momentos, ainda se manteve presa aos mesmos discursos apresentados durante os primeiros anos de sua profissionalização. Tende-se então a ainda encontrar muita preocupação acerca dos afazeres domésticos, discussão apresentada acima, o que chega a dificultar seu trabalho.

Bom, é fato então que a mulher cresceu acentuadamente profissionalmente, estando hoje sempre à frente nos índices levantados sobre profissionalizações em ambientes educacionais.

Por exemplo, viu-se que desde os anos iniciais da educação sempre ocorreu uma maior porcentagem nos índices de participação feminina, isso desde a creche, quanto nas publicações científicas já realizadas em áreas de educação superior.

O que se buscou durante esses levantamentos e discussões foi elencar os feitos femininos durante o decorrer dos anos. E logico, que em alguns momentos desta pesquisa, principalmente durante a leitura e o contato com alguns relatos de pessoas que já estão inseridas neste mercado, foi possível sentir um desanimo correndo por conta de esta ser a profissão que se busca seguir através deste curso, mas, trabalhar, buscar, procurar e exigir direitos deve ser postos como as principais atitudes a serem feitas.

Enfim, superar esses desafios naturais é fundamental, pois dentro da escola também há diversos momentos bons, estes constatados através de projetos, estágio e/ou de próprias lembranças dos períodos de inserção neste meio, mas pelo olhar de aluno.

Para concluir, é de extrema importância que este não vem para desmotivar professoras sobre suas futuras realidades, mas para emancipar todo o processo que uma

mulher percorreu até sua emancipação em uma área, pois antes eram regidos principalmente por homens e também pela própria Igreja Católica.

A mulher não só na educação, como em outros espaços, sempre teve seu direito contestado, e hoje imaginar que talvez no futuro possa-se chegar ainda mais longe da força para seguir lutando pelos direitos fundamentais, que muito querem ser tomados. Avante mulher!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. As Professoras no Século XX: **As mulheres como educadoras da infância**. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. A educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba - PA: Universidade Federal de Curitiba, 2004. v. 01. p. 01-12.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. Revista Psicologia Clínica: Rio de Janeiro, vol.17, n. 2., 2005.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

BRASIL. Lei n. 11.114, 16 de maio de 2005. Altera os Arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, 17 maio 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm> Acesso em: 01 nov 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher: aspectos histórico-sociológicos do início da república ao final deste século**. São Paulo: LTR, 2000.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

COSTA, Priscila Trarbach. **O acesso da mulher ao ensino superior na universidade estadual do Rio Grande do Sul**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

COVA, Anne. As mulheres foram activistas na guerra, depois voltaram ao lar. **Público**. 20 ago 2014. Disponível em <<https://www.publico.pt/2014/08/20/culturaipilon/noticia/do-activismo-das-mulheres-na-retaguarda-ate-ao-regresso-ao-lar-1666852>>. Acesso em: 02 nov 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas José Paulo Neto. Editora Boitempo. São Paulo. 2008.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Mulher escondida na professora**. Trad. Neusa KernHickel. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1994.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina. **Tópicos Educacionais**, Recife, vol. 16, p. 43-61, 1998.

FILHO, João Cardoso Palma. **Pedagogia Cidadã**. 3. ed. São Paulo: Santa Clara Editora, 2005.

FRANÇA, Fabiane Freire; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo. Nova proposta de educação na primeira república brasileira: A Co-educação dos Sexos. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 27, p.127 –142, set. 2007.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas Pombalinas e o Iluminismo em Portugal. **Revista de História e Estudos Culturais**, Londrina, Editora Fênix, 4º vol., nº 4., 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional Por amostra de domicílios: síntese de indicadores. Rio de Janeiro: 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: 4 ed., 2011.

KRAUSE, Cristina da Silva Cavalcante; KRAUSE, Maico. A educação de mulheres do Período Colonial Brasileiro até ao início do século XX: Do imbecilitus sexus à feminização do magistério. In: SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL, 10., 2016, Acre.

MARINA KUZUYABU. Qual o panorama do acesso de meninas à educação no Brasil. Revista Educação. 06 ago 2018. Disponível em: <<https://www.revistaeducacao.com.br/qual-o-panorama-do-acesso-de-meninas-educacao-no-brasil/>> Acesso em: 06 nov 2019.

MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher**. Trad. Bárbara Heliondora, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, Editora: Casa Maria, 1989.

PRIORE, Mary del. **A Mulher na história do Brasil**. 4º ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RIBEIRO, Márden de Pádua. **História da formação de professores no Brasil Colônia e Império: um resgate histórico**. Belo Horizonte: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 7º vol, nº 2, 2015.

RODRIGUES, Valeria Leoni. A importância da Mulher. **Net**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>> Acesso em: 04 de nov 2019.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. **Sexualidade feminina. História, cultura, família – personalidade e psicodrama**. São Paulo: ed. SENAC São Paulo, 1998.

SENA, Maria Leidiane; PINTO, Ludiane Dinair dos Santos; SANTOS, Sherly Maclaine de Jesus; FREITAS, Edineusa Fátima da Silva; SILVA Samara Moreira da. A inserção da mulher no mercado de trabalho: reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 1 ed. São Paulo: Editora Juriscredi, 1972.

TOKARNIA, Mariana. Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. **Agência Brasil**. 23 mar 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil>>. Acesso em: 02 nov 2019.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. **Contos e histórias de proveito e exemplo**. v.9. Niterói: Editora da UFF, 2013.

VERDÉLIO, Andreia. Mulheres trabalham 7,5 horas a mais que homens devido à dupla jornada. **Agência Brasil**. 06 mar 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada>>. Acesso em: 02 nov 2019.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. **Mulheres e Professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente**. Educar em Revista, Curitiba, n. especial 2, p. 259-276, 2010. Editora UFPR.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial**. Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: Gráfica FE; HISTEDBR, 2006.